

MERCADO DE TRABALHO

O Dia da Proclamação da República será marcado por atos em 15 capitais brasileiras. Coordenadas pelo movimento Vida Além do Trabalho, as manifestações pedem o fim da escala de seis dias trabalhados por uma folga semanal

Feriado com protestos contra o 6x1

» CAMILA CURADO

As capitais de 15 estados brasileiros, hoje, se unem em ato organizado pelo movimento Vida Além do Trabalho (VAT) para pedir o fim da escala de trabalho 6x1 — seis dias trabalhados por um dia de folga — e por melhores condições de trabalho. Esta semana, a proposta de emenda constitucional (PEC) apresentada pela deputada Erika Hilton (PSol-SP) alcançou as 171 assinaturas de deputados para que seja, enfim, protocolada na Câmara dos Deputados e, posteriormente, seja encaminhada para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e começar a tramitar.

A repercussão do movimento VAT e a luta por melhores condições trabalhistas trouxe à tona a discussão sobre a necessidade de uma reforma nas regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O tema dividiu opiniões acerca dos impactos da mudança na economia, na produtividade brasileira e na saúde do trabalhador.

Segundo o professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (FD/UnB) Paulo Henrique Blair de Oliveira, especialista em direito constitucional, o fim da escala 6x1 é um avanço: “O Brasil não está reinventando a roda nem está engatando uma marcha ré. Estamos levantando uma discussão de uma realidade que já se estabeleceu em vários países da Europa”.

Do ponto de vista do professor do Departamento de Economia (Face) da UnB, e doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), José Luis Oreiro, a redução da carga horária semanal gerará custos para os empregadores e enfraquecerá a competitividade brasileira, em particular, na indústria de transformação.

“Não vejo como isso pode estimular a criação de emprego, pelo contrário, vai desestimular, reduzindo os postos de trabalhos formais e aumentando a informalidade. No setor de serviços, vão ter que contratar mais trabalhadores e repassar os custos para o consumidor. Então, vamos ter uma aceleração na inflação de serviços”, analisou o docente.

Reprodução/Instagram



Vida Além do Trabalho (VAT) surgiu em setembro de 2023, após Rick Azevedo, fundador do movimento, publicar um vídeo no TikTok



O Brasil não está reinventando a roda nem está engatando uma marcha ré. Estamos levantando uma discussão de uma realidade que já se estabeleceu em vários países da Europa”

Paulo Henrique Blair,
professor na UnB

Produtividade

Advogada trabalhista e professora da Escola de Negócios Saint Paul, Claudia Abdul Ahad Securato concorda que a redução de 44 para 36 horas semanais, sem reduzir o salário dos trabalhadores, vai onerar o empregador. Mas ela entende que haverá ganhos, que poderão compensar o aumento de gastos. Ela acredita, por exemplo, que haverá aumento da das contratações pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). É cita ainda o aumento da produtividade nas empresas.

Com base na experiência estrangeira, especialmente europeia, ela diz que a mudança trará mais saúde mental, o que melhora o desempenho do trabalhador e, consequentemente, a produtividade. “O trabalhador tem mais segurança, mais tempo com a família, e adoece menos no trabalho, o que gera menos custo para empresa”.

O economista discorda: “A China e o México, países com renda per capita igual à do Brasil, têm carga horária anual maior que a nossa. Então, se você reduz a jornada de trabalho aqui, vamos ficar menos competitivos frente a esses países. E isso vai ser mortal para nossa indústria”.

Para o presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Roberto Mateus Ordine, a PEC de Erika Hilton é um retrocesso e “expõe o trabalhador a um perigo maior do que o atual”. “Ele vai ser penalizado ou com a perda de emprego ou com preços mais altos. Não é possível acabar com a 6x1 e manter preços. Se tivéssemos uma economia mais pujante, conseguiríamos dar mais benefícios ao trabalhador”, assinalou.

Conquista histórica

A jornada 6x1, no Brasil, foi instituída no governo Getúlio

Vargas e integra a CLT, também criada por ele. A carga horária foi definida pelos decretos 21.186 e 21.364, publicados em 1932.

O primeiro, direcionado aos comerciários, diz que “a duração normal do trabalho efetivo dos empregados em estabelecimentos comerciais, ou seções de estabelecimentos comerciais, e em escritórios que explorem serviços de qualquer natureza, será de oito horas diárias, ou 48 horas semanais, de maneira que a cada período de seis dias de ocupação efetiva corresponda um dia de descanso obrigatório”. o segundo, com o mesmo teor, vale para o setor da indústria. O documento oficializa o domingo como dia de descanso.

À época, a regulamentação da jornada foi considerada uma vitória histórica da classe trabalhadora, que vivia tempos de exploração de mão de obra.

Revisão vai além da CLT

Para especialistas, a mudança na CLT não pode acontecer sozinha. “Precisamos investir fortemente na educação para alcançar índices positivos de produção que sejam comparáveis com outros países”, afirma a advogada tributarista Cláudia Securato. O economista José Luis Oreiro acrescenta que “a condição de saúde do trabalhador muitas vezes é afetada por condições fora do trabalho, como moradia, qualidade do ar, transporte público, alimentação, acesso a um bom sistema de saúde”.

“A jornada de trabalho não começa quando o trabalhador chega no emprego, começa quando ele sai de casa. Nas grandes metrópoles brasileiras, o tempo gasto em um ônibus ou em um trem lotado é de 3h para ir e 3h para voltar. Se querem de fato melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores celetistas, é muito mais interessante, do ponto de vista econômico, investir em mobilidade urbana, e oferecer aos trabalhadores um transporte público de qualidade”, reforçou o economista.

Informalidade

Oreiro observa que a redução da carga de trabalho semanal ainda deixa a maior parte da população economicamente ativa à margem dessas melhorias. “Mais de 50% da força de trabalho está na informalidade ou está desempregada. O motorista do Uber vai continuar fazendo as 12 horas. Isso vai afetar a “elite” dos trabalhadores brasileiros, que são os que têm carteira assinada”.

Para o professor Paulo Henrique, só haverá avanços se a discussão englobar negociações nos diferentes setores da economia e da vida social. “Temos de encontrar uma forma mais inteligente de produção. Não há nenhum tipo de engenharia administrativa que funcione com os funcionários que adoecem por esgotamento, por burnout, ainda mais no mundo onde tudo gira em torno do cumprimento de metas. É hora de discutir este assunto forma adulta, sem preconceito”. (CC)

AGRICULTURA

Safra deve crescer 5,8% em 2025

» RAFAELA GONÇALVES

A safra brasileira de grãos, cereais e leguminosas deve alcançar 311 milhões de toneladas em 2025. De acordo com as estimativas, divulgadas ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), caso a projeção se confirme, a produção terá um aumento de 5,8% em relação a 2024, o equivalente a 17,2 milhões de toneladas a mais.

Essa é a primeira estimativa feita para o próximo ano. Para 2024, a projeção é de que a safra encerre o ano com 293,8 milhões de toneladas, saldo 6,9% menor do que o recorde obtido em 2023, quando alcançou 315,4 milhões de toneladas.

Carlos Barradas, gerente do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do instituto, lembrou que a safra deste ano enfrentou uma série de problemas climáticos. “Em diversas unidades da federação tivemos notadamente falta de chuvas e excesso de calor, sendo que no Rio Grande do Sul ainda tivemos excesso de chuvas e enchentes em abril/maio, o que retirou da safra brasileira em torno de cinco milhões de toneladas de grãos”, comentou.

As expectativas são de melhoria no próximo ano. “Para 2025, embora os preços dos principais produtos não estejam apresentando uma boa rentabilidade, se tivermos um clima se

comportando próximo a uma normalidade esperada, com as lavouras apresentando uma boa produtividade, teremos uma recuperação da safra brasileira, o que é importante para o controle da inflação e para o aumento das exportações brasileiras”, avaliou.

A primeira estimativa indica que a produção de soja deve ter aumento de 10,9% em 2025, totalizando 160,2 milhões de toneladas, o que caracterizaria um novo recorde. De acordo com um relatório divulgado pela Biond Agro, o impacto do fenômeno La Niña sobre a safra 24/25 ainda é incerto, mas preocupante.

“A intensidade fraca do La Niña pode gerar impactos climáticos diferentes nas regiões do Brasil, o que torna o planejamento agrícola um desafio. O comportamento irregular das chuvas e a intensidade do calor, por exemplo, pode prejudicar a produtividade em áreas que costumam ser mais produtivas”, aponta o documento.

No entanto, de acordo com o líder de inteligência e estratégia da empresa, Felipe Jordy, se o fenômeno climático vier com uma intensidade fraca, conforme o esperado, pode ter um papel importante na safra. “Historicamente, esse efeito no Brasil costuma resultar em ganhos de produtividade em relação às safras anteriores. No entanto, o padrão climático tem se tornado

Reprodução/Portal.Gov.br



Para 2024, a projeção é de que a safra encerre o ano com 293,8 milhões de toneladas, com queda de 6,9%

cada vez mais imprevisível, de modo que o que era habitual no passado pode não se repetir na mesma proporção agora”, afirma.

O especialista afirma que as mudanças climáticas globais estão tornando os impactos de fenômenos como El Niño e La

Niña menos previsíveis, exigindo dos produtores maior atenção ao planejamento e ao uso de tecnologias de mitigação de riscos climáticos.

O IBGE projeta que a produção de 2025 deve crescer em 12 unidades da federação: Paraná,

Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás, Bahia, São Paulo, Tocantins, em Santa Catarina, no Piauí, em Rondônia e em Sergipe. Por outro lado, são esperados declínios na produção no Mato Grosso, Maranhão e Pará.

Prévia do PIB avança 1,1%

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma prévia do desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, registrou alta de 0,8% no mês de setembro e fechou o terceiro trimestre com alta de 1,1% na comparação com os três meses anteriores.

De acordo com os dados, divulgados ontem pelo Banco Central (BC), o indicador veio acima do esperado pelos analistas de mercado, que girava em torno de 0,5%. Na comparação com o mesmo trimestre de 2023, o IBC-Br teve alta de 4,7%, enquanto no acumulado em 12 meses passou a um ganho de 3,0%.

Para Alex Andrade, CEO da Swiss Capital Invest, esse aquecimento da atividade econômica pode exercer pressão sobre a inflação, “uma vez que o aumento da renda tende a elevar a demanda por bens e serviços”. “Consequentemente, o Banco Central pode considerar ajustes na taxa de juros para conter possíveis pressões inflacionárias”, avaliou.

“Com o resultado acima do esperado, o Copom pode adotar uma postura cautelosa, considerando os impactos da política monetária sobre o consumo e os investimentos. Esses dados são positivos para a confiança do mercado, mas mantêm a necessidade de equilíbrio para não pressionar ainda mais a inflação”, observou Carlos Monteiro, CEO do Grupo Studio. (RG)